



**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZASSETTE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

-----

**VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

-----

**VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

-----

**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

-----

**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** ONZE HORAS E DEZ MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** DOZE HORAS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**a) Justificação das faltas de eleito local ao ato de instalação da câmara municipal.**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, de harmonia com o previsto no n.º 7 do artigo 76º da Lei 169/99, de 18 de setembro, apreciar favoravelmente, as razões invocadas pelos eleitos Dr. José Manuel Alves Pimenta de Carvalho e Carlos Alberto Carvalho Fernandes para a falta ao ato de instalação da câmara municipal, que ocorreu no dia vinte e um do corrente mês de outubro, e consequentemente considerar justificadas as respetivas faltas.-----

Propôs ainda que a câmara deliberasse justificar as faltas dos mesmos eleitos à reunião da câmara municipal de hoje, face às razões invocadas.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, justificar as referidas faltas.-----

**b)** O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de vinte e três do corrente mês de outubro, que designou vice-presidente o senhor vereador Dr. Alberto Manuel Martins Costa.-----

**c)** O senhor presidente deu também conhecimento do seu despacho da mesma data, que delegou no mesmo vereador a competência para outorgar contratos ou protocolos em que seja parte o município, bem como para assinar autos de posse administrativa.-----

**d)** O senhor presidente deu ainda conhecimento do seu despacho desta data, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas, que decidiu distribuir pelos senhores vereadores identificados naquele despacho as funções de coordenação relativas às áreas de gestão municipal referidas no mesmo despacho.-----

**e)** Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a declaração política que consta de folhas sete a oito da presente ata.-----



Antes da apresentação dessa declaração, o senhor presidente deu uma explicação sucinta sobre o modo de funcionamento da câmara municipal e dirigiu palavras de saudação aos novos membros deste órgão.



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

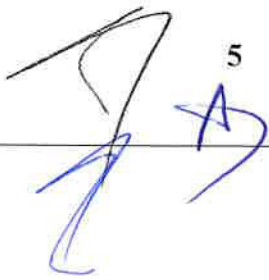
## Despacho

4

### Áreas de Gestão Municipal

Atenta a diversidade e amplitude das atribuições e áreas de atuação do município, cujos serviços, nos termos do art.º 37º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, me compete coordenar, decido, ao abrigo das disposições conjugadas do nº 4 do artº 58º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e nº 1 do art.º 36º do Anexo I da referida Lei 75/2013, distribuir pelos membros da câmara municipal abaixo identificados as funções de coordenação relativas às áreas de gestão municipal a seguir referidas.

CARGO	ÁREAS DE GESTÃO MUNICIPAL
<b>Presidente da Câmara Municipal</b> <b>Dr. Joaquim Couto</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Coordenação Geral das Políticas Municipais;</li><li>- Projetos, Obras Municipais e Regeneração Urbana;</li><li>- Inovação, Dinamização Económica e Internacionalização;</li><li>- Planeamento e Urbanismo;</li><li>- Articulação com o Presidente da assembleia municipal;</li><li>- Património cultural, Cultura e Ciência;</li><li>- Turismo;</li><li>- Recursos Humanos;</li><li>- Fábrica de Santo Thyrsó;</li><li>- Gestão de Fundos Comunitários;</li><li>- Gestão dos Paços do Concelho;</li><li>- Gestão Supramunicipal e Intermunicipal.</li></ul>
<b>Vereador e Vice-Presidente</b> <b>Dr. Alberto Costa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contratação Pública (aquisição de bens e serviços);</li><li>- Governação Local e Cidadania;</li><li>- Polícia Municipal;</li><li>- Inovação, Dinamização Económica e Internacionalização (em articulação com o Presidente);</li><li>- Serviços Gerais e Frota Municipal;</li><li>- Mobilidade e Gestão da Via Pública;</li><li>- Recursos Humanos (em articulação com o Presidente);</li><li>- Emprego e Inserção Profissional;</li><li>- Fábrica de Santo Thyrsó (em articulação com o Presidente).</li></ul>

<p><b>Vereadora Eng<sup>a</sup> Ana Maria Ferreira</b></p>	<div data-bbox="1094 73 1361 353" data-label="Text">  </div> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão Económica e Financeira;</li> <li>- Ambiente e Recursos Hídricos;</li> <li>- Desporto e Tempos Livres;</li> <li>- Património Municipal (com exceção do património cultural);</li> <li>- Aprovisionamento (Armazém);</li> <li>- Proteção da Natureza;</li> <li>- Gestão dos Equipamentos Desportivos Municipais;</li> <li>- Planeamento (em articulação com o Presidente);</li> <li>- Movimento associativo nas áreas do ambiente e do desporto.</li> </ul>
<p><b>Vereador Adjunto Dr. José Pedro Machado</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coesão Social;</li> <li>- Proteção Civil, da Floresta e Bombeiros;</li> <li>- Serviços Urbanos e Mercado Municipal;</li> <li>- Feira Municipal e Cemitérios Municipais;</li> <li>- Saúde e Bem-Estar;</li> <li>- Proteção da Vida Animal;</li> <li>- Gestão do Parque Habitacional Municipal;</li> <li>- Contraordenações e Execuções Fiscais;</li> <li>- Movimento associativo nas áreas social, das florestas e da vida animal.</li> </ul>
<p><b>Vereador Tiago Araújo</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura (em articulação com o Presidente);</li> <li>- Juventude e Voluntariado;</li> <li>- Turismo (em articulação com o Presidente);</li> <li>- Gestão dos Equipamentos Culturais Municipais;</li> <li>- Relações Internacionais;</li> <li>- Movimento associativo nas áreas da cultura, recreativas, da juventude e escutismo.</li> </ul>
<p><b>Vereadora Eng<sup>a</sup> Sílvia Tavares</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação e Formação;</li> <li>- Modernização Administrativa;</li> <li>- Sistemas de Informação, incluindo a gestão do SIG;</li> <li>- Gestão do Parque Escolar Municipal;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Articulação com o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Município;</li><li>- Movimento associativo na área da Educação.</li></ul>
--	---

Distribua-se pelos senhores vereadores, publicite-se e dê-se conhecimento na próxima reunião da câmara municipal.

Santo Tirso, 26 de outubro de 2017

O Presidente,

Joaquim Couto (Dr.)

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Primeira reunião de Câmara do mandato 2017-2021)

Tem hoje lugar a primeira reunião de Câmara do executivo municipal para o mandato 2017-2021.

Quero, por isso, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, saudar o novo executivo municipal saído das Eleições Autárquicas de 1 de outubro.

Aos vereadores que viram renovado o mandato, gostaria de felicitá-los pelo voto de confiança dado pela população do Município.

Aos que hoje fazem a estreia enquanto vereadores, quero deixar uma palavra de incentivo e de confiança para o mandato que se iniciou dia 21 de outubro.

Quero, naturalmente, também felicitar os vereadores sem pelouros, que assumem no executivo municipal, por força dos resultados eleitorais, o papel de oposição.

Sempre o disse e julgo ser oportuno hoje repeti-lo, na primeira reunião do executivo municipal: **ser da oposição não é ser do contra.**

Tenho a certeza de que, terminada a refrega eleitoral, a oposição vai estar à altura das responsabilidades que a população do Município lhe atribuiu e contribuir, não apenas com palavras, mas, acima de tudo, com ações, para o debate de ideias e de propostas e para a dignificação do Poder Local e da Democracia.

À semelhança do que sucedeu no mandato anterior, estarei – e estará o executivo municipal de maioria socialista – aberto ao diálogo e disponível para o combate político, numa lógica construtiva, de apresentação de sugestões e de aperfeiçoamento das propostas trazidas a reunião de Câmara.

O mandato anterior mostra que maioria e oposição podem partir de posições opostas e acabar por convergir, aproximando opiniões e consensualizando propostas.

Se houve marca que distinguiu o mandato 2013-2017 de mandatos anteriores, em matéria de relacionamento entre a maioria e a oposição, foi o diálogo e a abertura para incluir e aceitar propostas apresentadas pelos vereadores sem pelouros.

Desejo, pois, que o trabalho político iniciado em 2013 não seja interrompido e que haja condições para maioria e oposição colocarem sempre os interesses da população de Santo Tirso acima de quaisquer outros.



Não por acaso também, a esmagadora maioria das propostas apresentadas em reunião de Câmara no ciclo autárquico 2013-2017 foi votada por unanimidade, cuja prática é bem demonstrativa da humildade democrática e da procura de consensos por parte da maioria e da oposição construtiva, leal e séria por parte dos vereadores sem pelouros.

Como garanti no discurso de tomada de posse, saberei – saberemos – ouvir. Todos. Ouvir, ouvir, ouvir. E depois decidir, em função dos interesses da população do Município e fiel ao projeto político maioritariamente sufragado nas Eleições Autárquicas.

Quero, assim, formular votos de bom trabalho e de um bom mandato para todo o executivo municipal.

Independentemente das diferenças ideológicas e programáticas, saibamos todos estar à altura da confiança que a população do Município em nós depositou.

**O presidente da Câmara Municipal**  
**Santo Tirso, 26 de outubro de 2017**

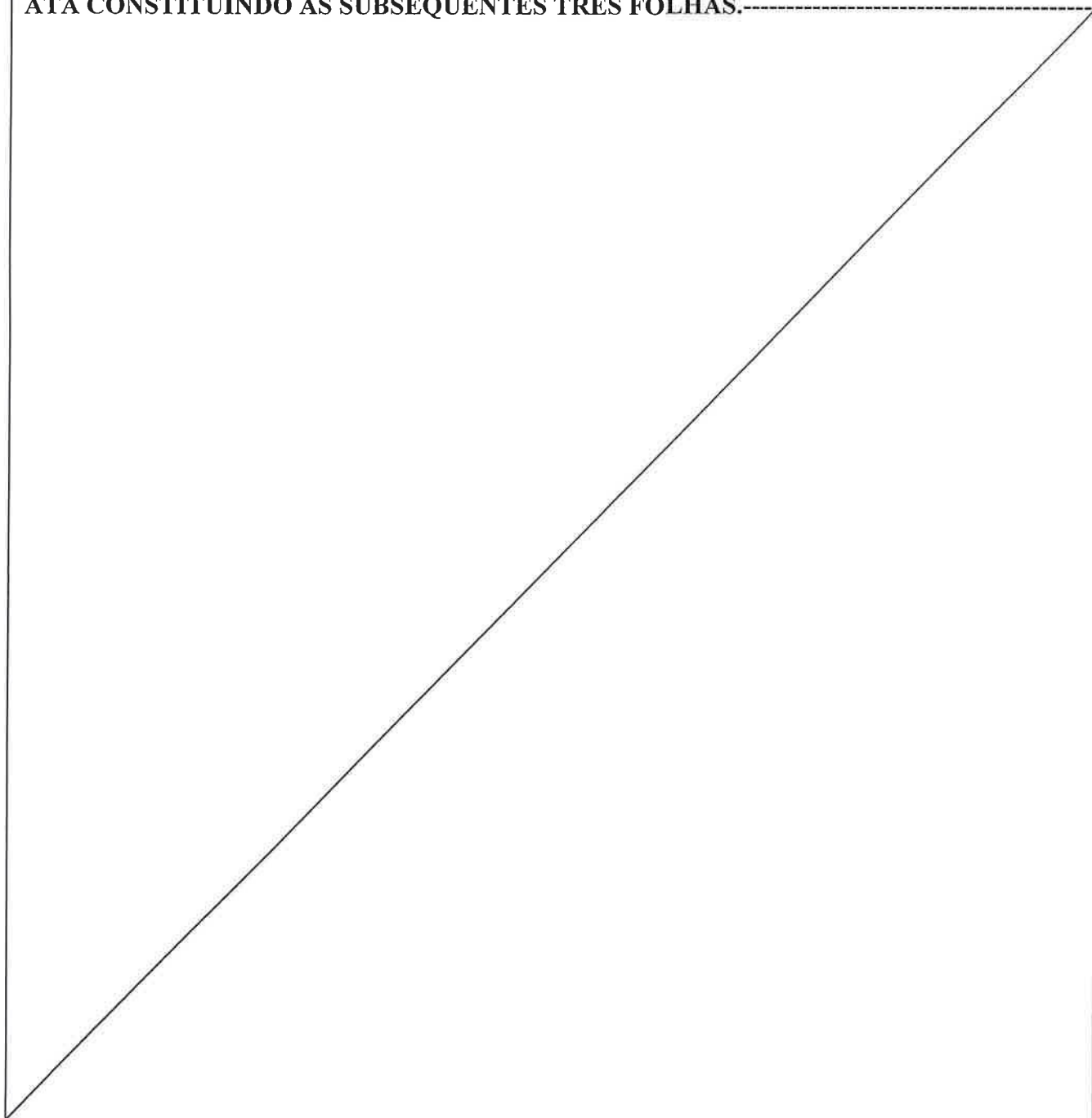




A handwritten signature in blue ink, located in the top right corner of the page.

A handwritten mark or signature in blue ink, located in the upper right area of the page.

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS  
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE  
ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.**-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26/OUTUBRO/2017 – ATA Nº 19

### ORDEM DO DIA

- 1 – Designação do secretário das reuniões da câmara municipal
- 2 – Periodicidade e horas das reuniões ordinárias
- 3 – Número de vereadores a tempo inteiro para o mandato 2017/2021
- 4 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017: 32ª Modificação – 29ª alteração ao Orçamento da Despesa
- 5 – Proposta de delegação de competências no presidente da câmara
- 6 – Contrato de prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares, nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Santo Tirso: Ratificação do despacho de adjudicação e aprovação da minuta do respetivo contrato
- 7 – Empreitada: “Requalificação da Escola Básica de Santo Tirso (S. Rosendo)”: Decisão sobre erros e omissões do projeto
- 8 – Empreitada: “Requalificação da Escola Básica do Ave – Vila das Aves”: Decisão sobre erros e omissões do projeto
- 9 – Empreitada: “Parque Urbano de Geão”: Ratificação de despacho relativo à decisão sobre erros e omissões do projeto e aprovação da minuta do respetivo contrato
- 10 – Empreitada: “Remodelação do Nó da Variante à EN 105 em Santo Tirso – Ponte de Frádegas”: Despacho de não adjudicação: Ratificação
- 11 – Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno destinada à execução da obra denominada “Requalificação urbana da Avenida Dias Machado – Fase Sul- Vila Nova do Campo” – Parcela A: Ratificação de despacho



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11

- 12 – Acordo de Gestão a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A., cujo objeto é a execução da ligação à Área Industrial de Fontiscos, incluindo a reformulação do Nó da Ermida: Alteração à minuta aprovada em reunião de 07/09/2017: Ratificação de despacho do presidente
- 13 – Proposta de alteração da comparticipação atribuída à Associação de Pais da EB da Ponte, à Associação de Pais da EB da Parada – Carreira e à Associação de Pais da Ribeira na sequência dos protocolos celebrados com aquelas associações, aprovados por deliberação da câmara municipal de 07/09/2017 (item 10 da respetiva ata)
- 14 – Renovação de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior para o ano letivo 2017/2018 – Aprovação da lista provisória das candidaturas admitidas e não admitidas
- 15 – Comparticipação financeira FEDER à operação com o código NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000055, designada “Reconversão do espaço do antigo Cineteatro – 1ª fase”: Ratificação da decisão de apresentação da candidatura e aprovação do Termo de Aceitação
- 16 – Comparticipação financeira FEDER à operação com o código NORTE – 01 – 0651 – FEDER – 000024, designada “Santo Tirso Empreende”: Ratificação da decisão de apresentação da candidatura e aprovação do Termo de Aceitação
- 17 – Candidatura ao Programa Operacional Regional do NORTE 2020 – Via Panorâmica e Requalificação da Rua Oliveira Salazar – Reprogramação temporal: Ratificação
- 18 – Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo celebrado com o Ginásio Clube de Santo Tirso: Alteração da minuta do contrato aprovada pela câmara municipal em 06/04/2017: Ratificação de despacho do presidente
- 19 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a associação denominada GOAIR – Núcleo de Paramotores de Santo Tirso



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

12

Santo Tirso, 23 de outubro de 2017

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto

**1. DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a mudança do executivo municipal, decorrente das eleições autárquicas de um do corrente mês de outubro;-----

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere designar a trabalhadora Maria Adriana Salgado Magalhães, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, para secretariar as reuniões da câmara municipal e lavrar as respetivas atas e minutas, sendo substituída nas suas ausências pela trabalhadora Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica, também em regime de substituição, e na eventual ausência desta, pela trabalhadora Maria Madalena Barros Moreira, Chefe do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em regime de substituição, com efeitos a partir da presente reunião.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



## **2. PERIODICIDADE E HORAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS.-----**

O senhor presidente da câmara propôs, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 40º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara municipal deliberasse que as reuniões ordinárias se realizassem quinzenalmente, por ser essa a periodicidade mais conveniente para o funcionamento dos serviços, no Salão Nobre do edifício sede do município, ou em outra sala própria para o efeito, às quintas-feiras, com início às quinze horas, sendo pública a última reunião de cada mês.-----

Os dias das reuniões, para os meses de novembro e dezembro do ano em curso, e para o ano de dois mil e dezoito, em conformidade com aquela proposta, constam dos mapas anexos à presente ata e que dela ficam a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e um voto contra da senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----

No período da discussão da proposta, a senhora vereadora Dra. Andreia Neto informou que na próxima reunião os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.CDS-PP iriam apresentar um requerimento a solicitar a alteração dos dias das reuniões de câmara, de modo a que possa haver uma harmonização prática entre a sua atividade parlamentar e a sua atividade autárquica.-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

15

## REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Dias das reuniões ordinárias da câmara municipal de Santo Tirso para os meses de novembro e dezembro do ano de 2017 e 2018, conforme deliberação de 26/10/2017.

### ANO DE 2017

NOVEMBRO	16 – 30
DEZEMBRO	14 – 28

### ANO DE 2018

JANEIRO	11 – 25
FEVEREIRO	08 – 22
MARÇO	08 – 22
ABRIL	05 – 19
MAIO	03 – 17
JUNHO	01 – 14 – 28
JULHO	12 – 26
AGOSTO	09 – 23
SETEMBRO	06 – 20
OUTUBRO	04 – 18
NOVEMBRO	02 – 15 – 29
DEZEMBRO	13 – 27

As reuniões têm início às **15,00 horas** e realizam-se em sala própria da sede do Município, **sendo pública a última reunião de cada mês.**



**3. NÚMERO DE VEREADORES A TEMPO INTEIRO PARA O MANDATO INICIADO EM 21 DO CORRENTE MÊS DE OUTUBRO.**-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando o vasto leque de atribuições cometidas ao município e a complexidade das competências conferidas por lei à câmara municipal e ao seu presidente para a prossecução dessas atribuições;-----

Considerando que se prevê, a breve prazo, a transferência de um conjunto inteiramente novo de atribuições e competências para os municípios;-----

Considerando o número de eleitores do município de Santo Tirso (63.061);-----

Considerando que para assegurar o bom exercício dessas competências é necessária a existência de vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, cujo número, desde já, e ao abrigo da competência própria prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 58º da Lei 169/99, de 18 de setembro, entendo fixar em dois;-----

Considerando, porém, que o limite legal de vereadores a tempo inteiro – dois – é manifestamente insuficiente, proponho, que a câmara municipal delibere, nos termos do n.º 2 do referido artigo 58º, autorizar a existência de mais três vereadores a tempo inteiro, passando assim a existir cinco vereadores a tempo inteiro.-----

A proposta foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----



**4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2017: 32ª MODIFICAÇÃO – 29ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA.**-----

Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de vinte e três do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil trezentos e trinta e quatro, a remeter proposta de 32ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento do município para 2017, que consiste na 29ª alteração ao Orçamento da Despesa, que tem lugar pelas razões referidas na mesma informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas, a referida 29ª alteração ao Orçamento da Despesa.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, ao abrigo da sua competência prevista no artigo 33º, n.º 1, alínea d) do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovar a referida alteração ao Orçamento da Despesa.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, que foi aprovada com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MONICÍPIO DE SANTO TIROSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 32	NÚMERO 29 DO ANO CONTABILISTICO DE 2017		DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	5.496.630,00	7.838,77	7.838,77	5.496.630,00
	01	Despesas com o pessoal	5.496.630,00	7.838,77	7.838,77	5.496.630,00
	0101	Remunerações certas e permanentes	5.496.630,00	7.838,77	7.838,77	5.496.630,00
	010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	180.000,00	6.380,35		186.380,35
	010104	Pessoal quadros-regime contrato individual trabalho	4.417.430,00		6.098,96	4.411.331,04
	01010401	Pessoal em funções	4.417.430,00		6.098,96	4.411.331,04
	010111	Representação	99.200,00	1.303,54	1.739,81	98.763,73
	01011101	Eleitos locais	42.000,00	1.303,54		43.303,54
	01011102	Dirigentes	57.200,00		1.739,81	55.460,19
	010114	Subsídios férias e natal	800.000,00	154,88		800.154,88
TOTAL ...			5.496.630,00	7.838,77	7.838,77	5.496.630,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				7.838,77	7.838,77	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ....						

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_\_

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES  
Ano Contabilístico: 2017 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 29		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	010101		Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	180.000,00	6.380,35	
02	01010401		Pessoal em funções	4.417.430,00		6.098,96
02	01011101		Eleitos locais	42.000,00	1.303,54	
02	01011102		Dirigentes	57.200,00		1.739,81
02	010114		Subsidios férias e natal	800.000,00	154,88	
Total de Aumentos/Diminuições:					7.838,77	7.838,77
Total Geral :					7.838,77	7.838,77

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



## **5. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----**

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando a possibilidade jurídico-legal da câmara municipal poder delegar no respetivo presidente um vasto leque de competências que, pela sua natureza, são fundamentais para o normal funcionamento dos serviços, de acordo com o disposto no artigo 34º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando a extensão de atribuições cometidas ao município e a complexidade das competências conferidas por lei à câmara municipal e ao seu presidente para a prossecução dessas atribuições;-----

Considerando ainda que nos últimos tempos tem-se verificado uma crescente transferência de atribuições do Estado para as autarquias locais, o que acentua a referida complexidade das funções das autarquias, sujeitas a uma profusão de legislação administrativa, muitas vezes pouco clara, e até contraditória; -----

Paralelamente, as exigências da sociedade moderna impõem uma resposta pronta, correta e com qualidade às necessidades dos cidadãos, que efetive direitos e viabilize iniciativas, o que não se compadece com processos e métodos de trabalho burocráticos; -----

Na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada, aliás de harmonia com o expressamente previsto no artigo 27º do Decreto-Lei 135/99, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 73/2014, de 13 de maio, que adota medidas de modernização administrativa;-----



De igual modo, o principio da boa administração pressupõe que a Administração Pública se organize de forma não burocratizada;-----

Considerando a necessidade de conferir segurança e certeza jurídica aos atos e diligências praticados pelo presidente da câmara, tornando-se para o efeito necessária a prática do ato de delegação de competências, com vista ao normal e melhor funcionamento dos serviços administrativos do município; -----

Face ao exposto, e considerando a existência de lei habilitante, nomeadamente o disposto no nº 1 do artigo 34º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o previsto nos artigos 44º e 47º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, propomos que a câmara municipal delegue desde já no presidente da câmara municipal, com a faculdade de subdelegação em quaisquer dos vereadores, as competências abaixo referidas, sem prejuízo de outras competências da câmara municipal cuja proposta de delegação apresentaremos noutra reunião.-----

**I – COMPETÊNCIAS MATERIAIS PREVISTAS NO ARTIGO 33º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:-----**

- a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;-----
- b) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja despesa / estimativa de despesa / orçamento / preço base ou preço contratual seja superior a 149.639,37 € (30.000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos);-----
- c) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a RMMG - atualmente até 557.000,00 € (quinhentos e cinquenta e sete mil euros);-----
- d) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano, e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos



- membros da assembleia municipal em efetividade de funções;-----
- e)** Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos legalmente previstos;-----
- f)** Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;-----
- g)** Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;-----
- h)** Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;-----
- i)** Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;-
- j)** Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;-----
- k)** Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;-----
- l)** Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;-----
- m)** Executar as obras, por administração direta ou empreitada;-----
- n)** Alienar bens móveis;-----
- o)** Proceder à aquisição e locação de bens e serviços, até ao valor referido na anterior alínea b) da presente deliberação;-----



p) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;-----

q) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;-----

r) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, sem prejuízo das competências da câmara municipal previstas no artigo 10º do Decreto - Lei 299/84, de 5 de setembro, nomeadamente para aprovação do plano de transportes escolares;-----

s) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;-----

t) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, nos termos legalmente previstos;-----

u) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos legal e regulamentarmente fixados, e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;-----

v) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;-----

w) Designar os representantes do município nos conselhos locais;-----

x) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;-----

y) Administrar o domínio público municipal;-----

z) Decidir sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;-----

aa) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;-----

**bb)** Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;-----

**cc)** Decidir sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;-----

**dd)** Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;-----

**ee)** Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;-----

**ff)** Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município, sem prejuízo do disposto no regime jurídico da Contratação Pública em matéria de aquisição de serviços;-----

**gg)** Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.-----

**II – COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO PREVISTAS NO ARTIGO 39º**  
**DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:**-----

**a)** Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES, NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO.-----**

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de vinte e nove de setembro findo, proferido no procedimento de contratação pública n.º 1529/CPI/2017, que adjudicou à sociedade UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos, S.A. o contrato de prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares, nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Santo Tirso, nas condições constantes da proposta daquela sociedade, transcritas no aludido despacho, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo o anexo I da mesma, composto por onze folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O encargo total estimado do contrato a celebrar, para o período máximo de vigência do mesmo, atento os preços unitários previstos na proposta da adjudicatária e o número máximo de refeições a fornecer, é de 3.965.746,20€ (três milhões novecentos e sessenta e cinco mil setecentos e quarenta e seis euros e vinte centimos), acrescido do IVA, que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020105, na qual ficou cativa a importância de 275.522,16 € (duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e vinte e dois euros e dezasseis centimos), correspondente à estimativa dos encargos a satisfazer no ano em curso, com IVA incluído, conforme proposta de cabimento n.º 1976/2017 de 26 de junho e movimento de estorno número 1462/2017, de 28 de setembro.-----

O compromisso a assumir com a celebração do respetivo contrato está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 3715/2017, de 29 de setembro.-----



Do contrato resultam compromissos plurianuais nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, cuja autorização da assembleia municipal foi dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso, por deliberação daquele órgão em vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis, e de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental que integram aquele documento, em virtude do serviço em causa estar previsto no Plano Municipal de Atividades (PAM), aprovado, e subsequente alteração (projeto/ação 01/2014/A/3).-----

Pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal deliberasse ratificar o aludido despacho, proferido ao abrigo da competência excecional prevista no n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

B) Que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do contrato a celebrar, da qual se anexa cópia à presente ata, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por trinta e quatro folhas, que fica rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

Após discussão, as propostas foram submetidas a votação nominal e foram aprovadas com seis votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----



**7. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE SANTO TIRSO (S. ROSENDO)” : DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO.-----**

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de dezanove do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil duzentos e cinquenta e cinco, a comunicar que no procedimento da empreitada acima referida, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de treze de julho último (item sete da respetiva ata), houve vários interessados que, nos termos do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos apresentaram listas de erros e omissões do caderno de encargos.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse aprovar a lista de erros e omissões anexa à aludida informação, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, mantendo, no entanto o preço base do concurso – 939.766,78 € (novecentos e trinta e nove mil setecentos e sessenta e seis euros e setenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

Esclarece-se que os erros e omissões aceites estão assinalados a verde na aludida lista, sendo que relativamente aos artigos 3.1, 3.2, 4.5, 6.4 e 10.3.6. foi alterada a descrição do artigo, mantendo-se, no entanto, a medição inicial.-----

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse prorrogar em sete dias o prazo para apresentação das propostas, de harmonia com o ponto sete da aludida informação.

Após discussão, as propostas foram submetidas a votação nominal, tendo sido aprovadas por unanimidade.-----



**8. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO AVE – VILA DAS AVES”: DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO.**-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de dezanove do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil duzentos e sessenta e cinco, a comunicar que no procedimento da empreitada acima referida, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de treze de julho último (item seis da respetiva ata), houve vários interessados que, nos termos do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos apresentaram listas de erros e omissões do caderno de encargos.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a aludida informação técnica, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberasse aprovar a lista de erros e omissões anexa à aludida informação, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, mantendo, no entanto o preço base do concurso – 1.138.953,78 € (um milhão cento e trinta e oito mil novecentos e cinquenta e três euros e setenta e oito cêntimos), mais IVA.-----

Esclarece-se que os erros e omissões aceites estão assinalados a verde na aludida lista.

O senhor presidente propôs ainda que a câmara municipal deliberasse prorrogar em sete dias o prazo para apresentação das propostas, de harmonia com o ponto sete da aludida informação.

Após discussão, as propostas foram submetidas a votação nominal, tendo sido aprovadas por unanimidade.-----





**9. EMPREITADA: “PARQUE URBANO DE GEÃO”: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO RELATIVO À DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPETIVO CONTRATO.**-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de dezanove de julho último, exarado na informação técnica da Divisão de Projetos e Empreitadas registada com o número seis mil oitocentos e quarenta, que decidiu tomar a decisão sobre as listas de erros e omissões apresentadas no procedimento de contratação pública cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de um de junho último (item sete da respetiva ata).-----

O senhor presidente submeteu à câmara municipal a ratificação do aludido despacho e propôs ainda que a câmara municipal deliberasse aprovar a minuta do contrato de empreitada a celebrar, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo V da mesma, composto por vinte e duas folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

Após discussão, a câmara deliberou, por votação nominal, ratificar o aludido despacho e aprovar a minuta do respetivo contrato, por unanimidade.-----





**10. EMPREITADA: “REMODELAÇÃO DO NÓ DA VARIANTE À EN 105 EM SANTO TIRSO – PONTE DE FRÁDEGAS”: DESPACHO DE NÃO ADJUDICAÇÃO: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente o despacho do senhor presidente da câmara, de vinte e oito de setembro findo, proferido na sequência da informação da Divisão de Projetos e Empreitadas da mesma data, registada com o número nove mil quinhentos e sessenta e dois, que decidiu não adjudicar a empreitada em título, com a fundamentação constante do relatório final do júri do procedimento, datado de vinte e sete de setembro findo, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara deliberou, por votação nominal e com seis votos a favor, ratificar o referido despacho de não adjudicação da empreitada, face à impossibilidade legal de ser tomada decisão em contrário.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----

**11. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA DIAS MACHADO – FASE SUL- VILA NOVA DO CAMPO” – PARCELA A: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.-----**

Presente despacho do senhor presidente da câmara, de vinte e sete de setembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas, que decidiu retificar a deliberação da câmara municipal de dez de agosto último (item seis da respetiva ata), no que se refere às condições de cedência ao domínio público do município da parcela identificada na aludida deliberação da câmara com a letra “A”, com a área de 26,52 m<sup>2</sup> (vinte e seis vírgula cinquenta e dois metros quadrados).-----

O Senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A câmara municipal deliberou ratificar o despacho anexo, com seis votos a favor.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

**Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno destinada à execução da obra denominada “Requalificação Urbana da Avenida Dias Machado – Fase Sul – Vila Nova do Campo” – Parcela A**

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, decido retificar a deliberação da câmara municipal de 10 de agosto findo (item 6 da respetiva ata), no que se refere às condições da cedência da parcela de terreno identificada com a **letra A** naquela deliberação, que são as que constam do documento que se anexa ao presente despacho e dele fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.

O presente despacho tem a seguinte fundamentação:

Na sequência da aludida deliberação da câmara municipal, foi notificada a respetiva proprietária para assinatura do contrato de cedência.

No ato de celebração do contrato, a mesma referiu que a deliberação era omissa relativamente a outros trabalhos relativos à reposição de benfeitorias existentes que é necessário acautelar no âmbito da execução da obra, nomeadamente, recolocação do ramal de abastecimento de água, reposição do ramal de saneamento e impermeabilização da fachada enterrada da habitação.

Consultados os serviços técnicos da divisão de projetos e empreitadas, veio a confirmar-se, no local, a necessidade de execução desses trabalhos, a título de reposição das benfeitorias existentes.

Atendendo a que ainda não se encontra agendada a próxima reunião de câmara e que se encontram em curso outras fases da obra em fase de conclusão, pelo que é necessário garantir a aquisição das parcelas de terreno relativas à Fase Sul para assegurar a continuidade da obra, é proferido o presente despacho.



Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

Remeta-se o presente despacho à subunidade de contratos para providenciar as formalidades necessárias à celebração do contrato de cedência da aludida parcela de terreno e à próxima reunião de câmara para ratificação.

Santo Tirso, 27 de setembro de 2017

O Presidente

Joaquim Couto (Dr.)



**SANTO TIRSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**“REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA MANUEL DIAS MACHADO –  
FASE SUL – VILA NOVA DO CAMPO”**

**Trabalhos a executar pelo município de Santo Tirso – Parcela A**

1. Reposição das benfeitorias existentes:

- a) Execução, no decurso da obra, dos trabalhos que se mostrem necessários à reposição de uma rampa de acesso à garagem dos proprietários, sita na Rua José Narciso Martins da Costa;
- b) Recolocação do ramal de abastecimento de água;
- c) Reposição do ramal de saneamento;

2. Outros trabalhos:

- Impermeabilização da fachada enterrada da habitação dos proprietários, sita na Rua José Narciso Martins da Costa, nº 859, com colocação de uma tela e um dreno, de modo a impedir a eventual entrada da água.



**12. ACORDO DE GESTÃO A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., CUJO OBJETO É A EXECUÇÃO DA LIGAÇÃO À ÁREA INDUSTRIAL DE FONTISCOS, INCLUINDO A REFORMULAÇÃO DO NÓ DA ERMIDA: ALTERAÇÃO À MINUTA APROVADA EM REUNIÃO DE 07/09/2017: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.**-----

Presente despacho do senhor presidente da câmara, de vinte e sete de setembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas, que decidiu aprovar alterações à minuta do Acordo de Gestão acima referido, aprovada pela câmara municipal em reunião de sete de julho último (item treze da respetiva ata).-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o aludido despacho.-----

Junta-se cópia do aludido Acordo de Gestão, à presente ata, com a redação resultante das alterações introduzidas, assinado no dia vinte e sete de setembro findo, que constitui o anexo VI da mesma.-----

Após discussão, a câmara municipal deliberou, por votação nominal, ratificar o referido despacho por unanimidade.-----



**13. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO ATRIBUÍDA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EB DA PONTE, À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA EB DA PARADA – CARREIRA E À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA RIBEIRA NA SEQUÊNCIA DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS COM AQUELAS ASSOCIAÇÕES, APROVADOS POR DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 07/09/2017 (ITEM 10 DA RESPETIVA ATA).-----**

Presente informação da Divisão de Educação, de dezoito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil duzentos e vinte e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a comunicar que na sequência da monitorização e avaliação de funcionamento das atividades do prolongamento do horário dos jardins de infância a que se reporta a deliberação da câmara municipal de sete de setembro findo (item dez da respetiva ata), mostra-se necessário rever o montante das comparticipações atribuídas à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte – Vila das Aves, À Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 / JI de Parada - Carreira e à Associação de Pais e Encarregados de Educação e Amigos do Jardim de Infância e escola do 1º ciclo do ensino básico da Ribeira, na sequência dos Protocolos de Colaboração assinados com essas associações, cuja minuta foi aprovada pela aludida deliberação da câmara municipal.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse alterar o montante da comparticipação aprovada pela dita deliberação, nos seguintes termos:-----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Ponte – Vila das Aves – A comparticipação mensal passa a ser no montante mensal de 480,00 € (quatrocentos e oitenta euros), de outubro de dois mil e dezassete a agosto de dois mil e dezoito;-----

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 1/JI de Parada – Carreira – A comparticipação passa a ser no montante mensal de 780,00 € (setecentos e oitenta euros), de setembro de dois mil e dezassete a agosto de dois mil e dezoito;-----



- Associação de Pais e Encarregados de Educação e Amigos do Jardim de Infância e Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Ribeira – A comparticipação passa a ser no montante mensal de 810,00 € (oitocentos e dez euros), de novembro de dois mil e dezassete a agosto de dois mil e dezoito.-----

A despesa com a comparticipação a atribuir será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 3031/2017.-----

O compromisso assumido com o reforço das comparticipações financeiras às Associações de Pais da Parada – Carreira e da Ribeira – Roriz estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 3784 e 3785, ambos de vinte do corrente mês de outubro.-----

Do reforço das comparticipações resultam compromissos plurianuais, nos anos económicos de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, no entanto o valor global da despesa é inferior ao valor que consta da delegação da assembleia municipal no presidente da câmara para autorização de compromissos plurianuais, conforme disposto no n.º 3 do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezassete, aprovada por deliberação da assembleia municipal de vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**14. RENOVAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – APROVAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA DAS CANDIDATURAS ADMITIDAS E NÃO ADMITIDAS.**-----

Presente informação da Divisão de Educação, de dezoito do corrente mês de outubro, registada com o número dez mil cento e noventa e cinco, a comunicar o resultado da candidatura aberta para a atribuição de bolsas de estudo para o corrente ano letivo de acordo com o preceituado no respetivo regulamento.-----

Mais informam que da apreciação liminar das respetivas candidaturas, resultou a admissão de nove candidaturas e a rejeição de uma candidatura.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a lista provisória de ordenação das candidaturas admitidas e não admitidas, conforme anexo da aludida informação, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como Anexo VII, constituído por duas folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



**15. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000055, DESIGNADA “RECONVERSÃO DO ESPAÇO DO ANTIGO CINETEATRO – 1ª FASE”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONSTANTES DA DECISÃO DE APROVAÇÃO.**-----

Presente comunicação da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional - Norte, enviada por correio eletrónico no dia de dezanove de setembro findo, registada com o número vinte e três mil trezentos e dezoito, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 05 – 2316 – FEDER – 000055 – designada “Reconversão do espaço do antigo Cineteatro – 1ª fase” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia catorze do mesmo mês de setembro.-----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o investimento elegível da candidatura é de 82.831,73 € (oitenta e dois mil oitocentos e trinta e um euros e setenta e três centavos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 70.406,97 € (setenta mil quatrocentos e seis euros e noventa e sete centavos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso no montante de 12.424,76 € (doze mil quatrocentos e vinte e quatro euros e setenta e seis centavos), tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura a aprovação das condições constantes da referida decisão da aprovação pela Comissão Diretiva do NORTE 2020.-----

A câmara municipal deliberou, com seis votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e deliberou aceitar as condições constantes do aludido Termo de Aceitação e seus anexos.-----



Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----

No momento da discussão da proposta, o senhor presidente informou que esta operação iria ser realizada em três fases, tendo dado uma explicação sucinta sobre cada uma das fases.-----

A senhora vereadora Dra. Andreia Neto solicitou ao senhor presidente um esclarecimento, referindo que pretendia saber o que é entendido por “requalificação do espaço envolvente”.-----

Aproveitou para esclarecer que as situações em que se tem abtido tem a ver essencialmente com o facto de se tratar de ratificações de despacho e não ter conhecimento dos respetivos processos, como é o caso presente.-----

O senhor presidente esclareceu que a requalificação do espaço envolvente, é essencialmente o espaço ajardinado junto ao Tribunal, a realizar numa fase subsequente.-----



**16. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE – 02 – 0651 – FEDER – 000024, DESIGNADA “SANTO TIRSO EMPREENDE”: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONSTANTES DA DECISÃO DE APROVAÇÃO.-----**

Presente comunicação da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional - Norte, enviada por correio eletrónico no dia seis do corrente mês de outubro, registada com o número vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 02 – 0651 – FEDER – 000024 – designada “Santo Tirso Empreende” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia vinte e sete de setembro findo.-----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível da candidatura é de 344.881,25 € (trezentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta e um euros e vinte e cinco centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 293.149,06 € (duzentos e noventa e três mil cento e quarenta e nove euros e seis centimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso no montante de 51.732,19 € (cinquenta e um mil setecentos e trinta e dois euros e dezanove centimos), tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura a aprovação das condições constantes da referida decisão de aprovação pela Comissão Diretiva do NORTE 2020.-----

A câmara municipal deliberou, com seis votos a favor, ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e deliberou aceitar as condições constantes do aludido Termo de Aceitação e seus anexos.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----



**17. CANDIDATURA AO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE 2020 – VIA PANORÂMICA E REQUALIFICAÇÃO DA RUA OLIVEIRA SALAZAR – REPROGRAMAÇÃO TEMPORAL: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente comunicação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, enviada por correio eletrónico no dia vinte e nove de setembro findo, registada como o número vinte e quatro mil seiscientos e dezoito, a notificar o município que por decisão da Comissão Diretiva do NORTE 2020, de vinte e sete do mesmo mês de setembro, foi aprovada a reprogramação temporal da candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000031, designada “Via Panorâmica e Requalificação da Rua Oliveira Salazar”, cuja aceitação das condições da sua aprovação foram ratificadas por deliberação da câmara municipal de vinte e sete de julho último (item sete da respetiva ata).-----

Pela referida decisão foi aprovada a prorrogação do prazo de conclusão da candidatura para trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito (que inicialmente estava previsto para dezasseis de março de dois mil e dezoito).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar o pedido de alteração do termo da referida operação para trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito.-----

Após discussão, e votação nominal, a câmara municipal deliberou ratificar o pedido de prorrogação do prazo do termo da operação financiada, com seis votos a favor.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----



**18. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO  
CELEBRADO COM O GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO: ALTERAÇÃO DA MINUTA  
DO CONTRATO APROVADA PELA CÂMARA MUNICIPAL EM 06/04/2017:  
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----**

Presente despacho do senhor presidente da câmara, de dezanove de setembro findo, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas, que decidiu ratificar a alteração introduzida à cláusula terceira da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que veio a ser celebrado com o Ginásio Clube de Santo Tirso no dia sete de abril último, aprovada por deliberação da câmara municipal de seis do mesmo mês de abril (item dezanove da respetiva ata).-----

O senhor presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

Após discussão, a câmara municipal deliberou, por votação nominal, ratificar o despacho anexo com seis votos a favor.-----

Absteve-se a senhora vereadora Dra. Andreia Neto.-----





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido o seguinte:

Por deliberação da câmara municipal de seis de abril último (item 19 da respetiva ata), foi deliberado celebrar um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Ginásio Clube de Santo Tirso, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 125 000,00 € (cento e vinte e cinco mil euros) e nos demais termos da minuta de contrato-programa anexa à ata da respetiva reunião da câmara municipal (anexo XIV);

A câmara municipal deliberou ainda que o pagamento da comparticipação correspondente às obras de reparação e melhoramento das infraestruturas desportivas da entidade beneficiária apenas poderia ser feito depois do Ginásio Clube de Santo Tirso apresentar documentos comprovativos da sua execução;

Do nº 2 da cláusula terceira da minuta de contrato-programa aprovada pela câmara municipal consta que:

*"2- A comparticipação do MST, referida na cláusula anterior, será realizada do seguinte modo:*

- a) 62 500,00 € (sessenta e dois mil e quinhentos euros) a pagar até ao mês de maio de 2017;*
- b) 62 500,00 € (sessenta e dois mil e quinhentos euros) a pagar a partir do mês de setembro de 2017;"*

De modo a conformar a redação final do contrato-programa, celebrado no dia sete do mesmo mês de abril, com o legalmente previsto e com a aludida deliberação da câmara municipal, veio a ser aditado um nº 3 à cláusula terceira daquele contrato, com a seguinte redação:

*"3- O pagamento da comparticipação correspondente à execução do revestimento a capoto do minipavilhão, no montante estimado de 20 000,00 €*

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**  
ISO 9001  
certificação  
acreditada  
ROC

Serviços de Gestão Patrimonial  
Ação Social e Alargamento  
Qualidade e Inovação de Gestão  
Administrativa Recursos  
Humanos Apoio Jurídico e  
Compras

M 021GR



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel: +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

*(vinte mil euros), apenas poderá ser efetuado após a apresentação dos documentos comprovativos da sua execução.”*

A alteração à minuta do contrato aprovada pela câmara municipal deveria ter sido submetida à prévia aprovação da câmara municipal, ou então à sua ratificação;

É urgente proceder ao pagamento da segunda prestação da comparticipação atribuída, deduzida do montante previsto no nº 3 da referida cláusula terceira, de modo a que o Ginásio Clube de Santo Tirso possa satisfazer os compromissos inerentes às ações e projetos que constam do programa de desenvolvimento desportivo então apresentado, e que mereceu o acolhimento do município, com a atribuição da referida comparticipação;

No entanto, é necessário ratificar a alteração introduzida à minuta do contrato aprovada pela câmara municipal;

De harmonia com o previsto no nº 1 do artº 50º do diploma legal acima referido, não é possível levar este assunto à reunião ordinária da câmara municipal agendada para o dia 21 do corrente mês de setembro, por já ter sido elaborada e distribuída a respetiva ordem do dia.

Por razões de agenda, mostra-se difícil o agendamento de uma reunião extraordinária da câmara municipal até ao final do mandato em curso;

Acresce que entendemos que o assunto em causa não justifica esse agendamento, quer por não haver alteração do montante global da comparticipação, quer porque se procede, agora, ao pagamento de importância inferior ao que estava previsto, quer porque a alteração introduzida é feita em execução da deliberação da câmara municipal;

Por outro lado, a alteração introduzida limita-se a “*transpor*” para a redação do contrato o valor das obras apoiadas, que já consta do Anexo I do contrato-programa celebrado, e que faz parte integrante do mesmo.

Face ao exposto, decido ratificar a alteração introduzida à cláusula terceira da aludida minuta de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, respeitante ao aditamento do referido nº 3, com a redação que ficou a constar do contrato-programa celebrado no dia 7 de abril último.

SISTEMA CERTIFICADO

**eiC**

ISO 9001

certificação  
acreditada

Associação Portuguesa  
de Avaliação da Qualidade

Associação Portuguesa  
de Avaliação da Qualidade

Associação Portuguesa  
de Avaliação da Qualidade



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

Remeta-se o presente despacho à próxima reunião da câmara municipal para ratificação e envie-se para a Divisão Financeira e Divisão de Desporto, para os devidos efeitos.

Santo Tirso, 19 de setembro de 2017

O Presidente,

Joaquim Couto (Dr.)

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Gestão e Atendimento  
Gestão e Atendimento ao Cliente  
Administração Recursos  
Humanos, Apoio Jurídico e  
Contábil

M 021GR



**19. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DENOMINADA GOAIR – NÚCLEO DE PARAMOTORES DE SANTO TIRSO.**-----

Presente ofício de vinte e quatro de agosto último, da associação denominada GOAIR – Núcleo de Paramotores de Santo Tirso, registado com o número vinte e um mil duzentos e cinquenta e dois, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação registada com o número oito mil quatrocentos e cinquenta e seis, de vinte e oito de agosto último, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a associação denominada GOAIR – Núcleo de Paramotores de Santo Tirso tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia dezasseis do corrente mês de outubro, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia doze do corrente mês de outubro, válida por três meses;-----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 3.500,00 € (três mil e quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica

a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 2677/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 3580/2017, de vinte e um de setembro findo.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----



**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Doze horas.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem quarenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso, e dez documentos anexos (anexos I e II, relativos ao item seis; anexo III, relativo ao item sete; anexo IV, relativo ao item oito; anexo V, relativo ao item nove; anexo VI, relativo ao item doze; anexo VII, relativo ao item catorze; anexo VIII, relativo ao item quinze; anexo IX, relativo ao item dezasseis; e anexo X, relativo ao item dezanove), que eu

*Sofia Adriaes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 16 / 11 / 2017, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas 222 da respetiva minuta).-----

A Secretária,

*Adriaes*